

**Companhia de Concessão
Rodoviária Juiz de Fora - Rio S/A**
**Demonstrações Contábeis acompanhadas
do Parecer dos Auditores Independentes**

31 de dezembro de 2009 e 2008

Parecer dos auditores independentes

Aos administradores e acionistas da empresa Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S/A:

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S/A, levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S/A, em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, o fluxo de caixa e o valor adicionado referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 13.7, a Companhia mantém registrado em seu passivo o valor de R\$15.597.373, referente aos financiamentos concedidos pela Siemens S/A. A Administração da Companhia, entendendo a ocorrência de descumprimento de cláusulas contratuais pela credora, rescindiu o contrato na esfera judicial e, desta forma, suspendeu o registro contábil da atualização monetária desde 01 de janeiro de 2000, tendo em vista que, na opinião de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda desta demanda pela Companhia é remota.
5. A Companhia mantém operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2010.



Auditores Independentes
CRC 2SP-018.196/O-8 F-RJ



Eduardo José Ramón Leverone
CRC 1RJ-067.460/O-6

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em Reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ativo circulante			
Disponibilidades	3 e 4	2.847.176	1.455.320
Contas a receber	5	2.474.780	1.678.867
Outras contas a receber	-	148.918	51.253
Adiantamentos a fornecedores	-	217.564	17.582
Almoxarifado de materiais	-	190.047	77.914
Impostos a recuperar	8	19.528	13.010
Despesas pagas antecipadamente	7	1.632.519	273.632
Total do ativo circulante		<u>7.530.532</u>	<u>3.567.578</u>
Passivo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Créditos tributários	9	840.408	1.222.848
Cauções e depósitos judiciais	10	512.238	139.392
Outros valores a receber	-	64.570	187.214
		<u>1.417.216</u>	<u>1.549.454</u>
Imobilizado	12	606.294.591	641.246.563
Total do ativo não circulante		<u>607.711.807</u>	<u>642.796.017</u>
Total do ativo		<u>615.242.339</u>	<u>646.363.595</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	25.301.741	16.152.752
Fornecedores	14	3.281.570	1.877.497
Partes relacionadas	6	5.495.545	6.828.316
Juros sobre o capital próprio e dividendos	15	38.001.963	39.570.108
Obrigações trabalhistas/tributárias	16	14.067.883	7.025.022
Vendas antecipadas	-	1.639.144	1.979.748
Taxa de fiscalização contratual a pagar	17	691.582	899.457
Impostos diferidos sobre reserva de reavaliação	-	11.025.352	14.815.936
Leasing a pagar	11	252.161	271.754
Outras contas a pagar	-	1.254.229	12.360
Total do passivo circulante		<u>101.011.170</u>	<u>89.432.950</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	57.759.446	63.069.727
Obrigações tributárias	16	1.899.980	4.196.649
Parcelamentos federais	16	1.847.650	-
Leasing a pagar	11	248.144	332.996
Taxa de fiscalização contratual a pagar	17	-	704.239
Provisão para contingências	23	2.471.788	3.596.611
Impostos diferidos sobre reserva de reavaliação		99.266.440	106.435.125
Receita diferida	18	4.103.878	4.430.898
Total do passivo não circulante		<u>167.597.326</u>	<u>182.766.245</u>
Patrimônio líquido	19		
Capital social	-	96.163.496	94.778.171
Reserva de capital	-	212	212
Reserva de reavaliação	-	214.095.832	235.369.706
Reservas de lucros	-	36.374.303	44.016.311
Lucros acumulados	-	-	-
		<u>346.633.843</u>	<u>374.164.400</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>615.242.339</u>	<u>646.363.595</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em Reais)

	<i>Notas</i>	2009	2008
<i>Receita de arrecadação pedágio/exploração comercial</i>	-	171.417.664	159.230.723
<i>Deduções da receita</i>	-	(14.945.663)	(13.906.859)
<i>Receita líquida de vendas</i>		156.472.001	145.323.864
<i>Custo dos serviços prestados - operação da rodovia</i>			
<i>Manutenção/conservação</i>	-	(20.449.267)	(21.003.828)
<i>Operação</i>	-	(36.880.868)	(25.693.818)
<i>Monitoração</i>	-	(128.329)	(507.429)
<i>Projetos especiais</i>	-	(612.916)	(5.507.668)
<i>Depreciação e amortização</i>	-	(24.525.308)	(21.842.778)
<i>Depreciação da reavaliação</i>	-	(32.233.142)	(43.576.281)
<i>Outros</i>	-	-	(477.265)
		(114.829.830)	(118.609.067)
<i>Resultado bruto</i>		41.642.171	26.714.797
<i>Despesas e receitas operacionais</i>			
<i>Despesas de pessoal</i>	-	(4.637.764)	(5.204.250)
<i>Despesas administrativas</i>	-	(5.754.874)	(3.971.869)
<i>Despesas financeiras, líquidas</i>	-	(11.524.511)	(10.371.661)
<i>Depreciação e amortização</i>	-	(816.733)	(686.214)
<i>Serviços de terceiros</i>	-	(2.786.702)	(4.165.270)
<i>Despesas tributárias</i>	-	(335.910)	(3.347.835)
<i>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</i>	-	100.263	469.855
		(25.756.231)	(27.277.244)
<i>Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social</i>		15.885.940	(562.447)
<i>Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes</i>	-	(15.979.099)	(49.386)
<i>Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos</i>	-	10.562.602	-
<i>Provisão para imposto de renda e contribuição social</i>	18	(5.416.497)	(49.386)
<i>Lucro/(prejuízo) líquido do período</i>		10.469.443	(611.833)
<i>Lucro/(prejuízo) por ação</i>		1,46	(0,09)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros			Total	Lucros acumulados	Total
				Estatutária	Legal	Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2007	94.778.171	212	309.363.560	255.401	2.554.001	-	2.809.402	52.697.229	459.648.574
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(28.760.344)	-	-	-	-	28.760.344	-
Provisão para perdas no ativo imobilizado	-	-	(45.233.510)	-	-	-	-	-	(45.233.510)
Ajuste decorrente da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 - (arrendamento mercantil financeiro)	-	-	-	-	-	-	-	(70.687)	(70.687)
Resultado do período 01/01 a 31/12/2008	-	-	-	-	-	-	-	(611.833)	(611.833)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(39.568.144)	(39.568.144)
Constituição das reservas	-	-	-	-	-	41.206.909	41.206.909	(41.206.909)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2008	94.778.171	212	235.369.706	255.401	2.554.001	41.206.909	44.016.311	-	374.164.400
Integralização de capital (Nota 19.1)	1.385.325	-	-	-	-	(1.385.325)	(1.385.325)	-	-
Resultado do período 01/01 a 31/12/2009	-	-	-	-	-	-	-	10.469.443	10.469.443
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(38.000.000)	(38.000.000)
Constituição das reservas	-	-	-	52.347	523.472	(6.832.502)	(6.256.683)	6.256.683	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(21.273.874)	-	-	-	-	21.273.874	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>96.163.496</u>	<u>212</u>	<u>214.095.832</u>	<u>307.748</u>	<u>3.077.473</u>	<u>32.989.082</u>	<u>36.374.303</u>	<u>-</u>	<u>346.633.843</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009

(Em milhares de Reais)

	2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido (prejuízo) do período	10.469.443
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades aplicadas nas atividades operacionais	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.562.602)
Depreciação e amortização	57.575.183
Baixa de ativo imobilizado, intangível e diferido	-
Variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	6.975.010
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	(1.124.823)
Reconhecimento dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	-
Ajuste - mudança das práticas contábeis	-
Receitas a apropriar em receitas diferidas, líquidas dos impostos	-
Apropriação de receitas diferidas, líquidas	(327.020)
Variações nos ativos e passivos	
(Aumento) diminuição dos ativos	
Contas a receber de clientes	(790.497)
Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais	-
Impostos a recuperar	(5.668)
Despesas do exercício seguinte e outros valores a receber	(2.024.283)
Aumento (diminuição) dos passivos	
Fornecedores	1.404.073
Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	(1.332.771)
Obrigações sociais e trabalhistas	269.446
Impostos, taxas e contribuições	(2.311.747)
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	15.979.099
Pagamento de imposto de renda e contribuição social correntes	(9.599.749)
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	2.134.138
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	66.727.232
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Aquisição de bens do imobilizado	(22.645.683)
Recebimento da venda de imobilizado	22.471
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de investimentos	(22.623.212)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(39.568.144)
Captações por meio de empréstimos, financiamentos e debêntures	28.803.612
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(25.333.505)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(6.614.126)
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de financiamento	(42.712.163)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.391.857
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	1.455.319
No final do período	2.847.176
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	1.391.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em Reais)

<i>Descrição</i>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<i>Receitas</i>	203.650.806	203.276.859
<i>Serviços</i>	171.417.664	159.230.723
<i>Outras receitas</i>	32.233.142	44.046.136
<i>Insumos adquiridos de terceiros</i>	63.249.405	60.920.701
<i>Custo das mercadorias e serviços vendidos</i>	7.717.120	45.842.636
<i>Materiais, energia, serviço de terceiros e outros</i>	55.632.548	15.078.065
<i>Perda/recuperação de valores ativos</i>	(100.263)	
<i>Valor adicionado bruto</i>	140.401.401	142.356.158
<i>Retenções</i>	57.575.183	66.105.273
<i>Depreciação e amortização</i>	57.575.183	66.105.273
<i>Valor adicionado líquido produzido pela Entidade</i>	82.826.218	76.250.885
<i>Valor adicionado recebido em transferência</i>		
<i>Receitas financeiras</i>	24.889	262.452
	24.889	262.452
<i>Valor adicionado total a distribuir</i>	82.851.107	76.513.337
<i>Distribuição do valor adicionado</i>	51.107.790	76.513.337
<i>Pessoal e encargos</i>	6.010.419	6.438.443
<i>Remuneração direta</i>	4.668.869	4.208.955
<i>Benefícios</i>	1.055.869	1.757.085
<i>FGTS</i>	285.681	472.403
<i>Impostos, taxas e contribuições</i>	32.768.996	30.421.480
<i>Federais</i>	23.988.597	22.452.296
<i>Estaduais</i>	192.245	32.267
<i>Municipais</i>	8.588.154	7.936.917
<i>Juros e aluguéis</i>	12.328.375	11.504.903
<i>Juros</i>	11.549.401	10.634.113
<i>Aluguéis</i>	778.974	870.790
<i>Lucros retidos do exercício</i>	-	28.148.511

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 16 de outubro de 1995, sob a denominação de Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO, tendo como objeto social a recuperação, o reforço, a monitoração, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração da Rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões) e os respectivos acessos, durante o prazo de 25 anos, contados a partir de 01 de março de 1996, data da transferência do controle da rodovia para a concessionária.

É vedado à Companhia praticar quaisquer atos estranhos a seu objeto social, salvo com expressa autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), instituída pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, que substituiu o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

O regime jurídico do contrato de concessão confere à ANTT a prerrogativa de alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, rescindi-lo, fiscalizar-lhe a execução e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total, sendo que as cláusulas econômico-financeiras do contrato de concessão não poderão ser alteradas sem prévia concordância da concessionária.

A concessão de exploração da rodovia extingue-se por advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

Extinta a concessão, reverterem à ANTT todos os bens transferidos para a administração da concessionária, os bens reversíveis incorporados à rodovia durante a concessão e os direitos e privilégios decorrentes da concessão, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais trabalhistas e cessam, para a concessionária, todos os direitos emergentes do contrato. Em caso de extinção, a concessionária será indenizada pelo valor contábil dos investimentos incorporados à concessão.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, que é reajustada anualmente, todavia, em razão da peculiaridade do serviço prestado, são facultadas outras fontes de receitas, sejam elas direta ou indiretamente provenientes de atividades vinculadas à exploração da rodovia, das suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviços e lazer, inclusive as decorrentes de publicidades e multas por excesso de peso, a exploração destas fontes depende de prévia autorização da ANTT.

O cronograma físico de investimentos prevê aplicação de recursos na rodovia, durante o prazo de concessão, no montante aproximado de R\$1.346.589.618, a valores de dezembro de 2009, dos quais R\$934.319.183 (não auditado) foram investidos. O custeio destes investimentos é feito com a captação de financiamentos de longo prazo, capital próprio e recursos oriundos da receita de pedágio.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia, em 31 de dezembro de 2009, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.2.2. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil e de valor recuperável de determinados ativos, provisão para contingências, entre outros. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

2.2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.2.4. Contas a receber de clientes

São apresentadas aos valores presente e de realização, são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. É constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos, cuja recuperação é considerada duvidosa.

2.2.5. Almoxarifado de materiais

Foram avaliados pelo custo médio de aquisição, sendo inferiores aos valores de reposição.

2.2.6. Despesas pagas antecipadamente

Correspondem, basicamente, às renovações de seguro, inclusive, sobre a garantia de obras na rodovia, sendo obedecido o regime de competência para a devida apropriação ao resultado de cada exercício.

2.2.7. Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido das reavaliações registradas nos exercícios de 2004 e 2007.

A depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa 11, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, limitadas, quando aplicável, ao termo final do contrato de concessão, conforme mencionado na Nota Explicativa 1.

2.2.8. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. São depreciados pelo prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa em uma base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que estes pagamentos não sejam feitos nesta base.

2.2.9. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.2.10. Empréstimos e financiamentos

São atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do balanço e os juros respectivos transcorridos estão provisionados (Nota Explicativa 12).

2.2.11. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.12. Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável.

2.2.13. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações do valor adicionado são preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo CPC.

2.2.14. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

2.3. Pronunciamentos contábeis com impacto em 2010

No transcorrer de 2009 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos com implementação obrigatória para o ano 2010 e facultativa para o ano de 2009.

A Companhia não antecipou a adoção de nenhum dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores. Quando da elaboração das demonstrações contábeis do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, as demonstrações contábeis de 2009, ora apresentadas, serão reapresentadas com vistas à comparabilidade entre os exercícios, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Apresentamos a seguir os principais pronunciamentos que podem ter efeitos na preparação das demonstrações contábeis de 2010:

CPC	Objetivos
<i>CPC 15 - Combinação de negócios</i>	<i>Determina o tratamento contábil em combinação de negócios quanto ao reconhecimento e mensuração de ativos adquiridos e passivos assumidos, ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") e as informações mínimas a serem divulgadas pela Companhia nestas operações.</i>
<i>CPC 18 - Investimentos em coligada e controlada</i>	<i>Determina como devem ser contabilizados os investimentos em coligadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do investidor e em controladas nas demonstrações contábeis da controladora.</i>
<i>CPC 20 - Custos de empréstimos</i>	<i>Tratamento de custos de empréstimos e a possibilidade de inclusão no ativo quando atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo.</i>
<i>CPC 21 - Demonstração intermediária</i>	<i>Estabelece o conteúdo mínimo de uma demonstração contábil intermediária e os princípios para reconhecimento e mensuração para demonstrações completas ou condensadas de período intermediário.</i>
<i>CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro</i>	<i>Define critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação de mudança nas políticas contábeis, a mudança nas estimativas contábeis e a retificação de erro.</i>
<i>CPC 24 - Evento subsequente</i>	<i>Determina quando a Entidade deve ajustar suas demonstrações contábeis com respeito a eventos subsequentes e as informações que a Entidade deve divulgar sobre a data em que é concedida a autorização para emissão das demonstrações contábeis sobre os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem estas demonstrações.</i>
<i>CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes</i>	<i>Estabelece que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriada a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.</i>
<i>CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis</i>	<i>Define a base para a apresentação das demonstrações contábeis, para assegurar a comparabilidade, tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade, quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades e introduz a demonstração do resultado abrangente como demonstração contábil obrigatória.</i>
<i>CPC 27 - Ativo imobilizado</i>	<i>Estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados, no que tange o reconhecimento, mensuração, depreciação e as perdas por desvalorização.</i>
<i>CPC 33 - Benefícios a empregados</i>	<i>Estabelece a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados.</i>
<i>ICPC 01 - Contratos de concessão</i>	<i>Orienta aos concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidade privada.</i>

ICPC-01 - Contratos de concessão

Em 22 de dezembro de 2009, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou a Delibe serviços públicos a Companhias privadas, a serem implementadas para o exercício de 2010.

Esse pronunciamento trará impacto relevante para as Companhias que possuem como atividade a concessão de serviços públicos. Possui alcance aos seguintes assuntos:

- Tratamento dos direitos do concessionário sobre a infraestrutura;
- Reconhecimento e mensuração do valor do contrato;
- Serviços de construção ou melhoria;
- Serviços de operação;
- Custos de empréstimos;
- Tratamento contábil subsequente de ativo financeiro e de ativo intangível;
- Itens fornecidos ao concessionário pelo concedente.

Considerando a extensão e complexidade das alterações inseridas pela referida interpretação técnica, a Companhia está analisando os seus reflexos e a Administração entende que não é possível avaliar e identificar com razoável segurança os eventuais efeitos nas demonstrações contábeis.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 estavam representados por:

Descrição	R\$	
	2009	2008
<i>Tesouraria da operação</i>	3.000	3.000
<i>Tesouraria da sede</i>	55.000	25.000
<i>Bancos conta movimento</i>	889.339	202.400
<i>Fundo de troco</i>	52.000	55.000
<i>Numerário em trânsito (*)</i>	1.336.238	1.169.713
Total	2.335.577	1.455.113

(*) Refere-se à arrecadação nas praças de pedágio, em trânsito com a transportadora de valores ou ainda não depositados no banco.

4. Aplicações financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 estavam representados por:

Descrição	R\$	
	2009	2008
<i>Banco Guanabara</i>	632	207
<i>Banco ABC do Brasil</i>	510.967	-
Total	511.599	207

Estas aplicações financeiras têm a natureza de Certificado de Depósito Bancário (CDB).

5. Contas a receber

Os saldos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 estavam representados por:

Descrição	R\$	
	2009	2008
<i>Clientes</i>	2.448.545	1.658.048
<i>Cheques em cobrança</i>	25.164	20.819
<i>Outros valores a receber</i>	1.071	-
Total	2.474.780	1.678.867

6. Partes relacionadas

As obrigações com entidades ligadas são originárias de operações de prestação de serviços de recuperação, manutenção, conservação, exploração comercial, atendimento ao usuário e ampliação da rodovia e foram gerados, quanto a prazos, encargos e garantias, nas mesmas condições das operações realizadas com terceiros. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão e as obras e serviços previstos no contrato de concessão são fiscalizados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

As transações da Companhia com partes relacionadas apresentavam os seguintes valores:

Consórcio Construtor BR 040

Saldo em 31 de dezembro	R\$	
	2009	2008
<i>Passivo - fornecedores – circulante</i>	789.280	4.583.428

Movimentações no período	R\$	
	2009	2008
<i>Aquisições de imobilizado</i>	1.923.765	32.046.772

Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.

	R\$	
	2009	2008
Saldo em 31 de dezembro		
<i>Passivo - fornecedores - circulante</i>	4.706.265	2.244.888

	R\$	
	2009	2008
Movimentações no período		
<i>Custos - conservação, atendimento ao usuário e serviços de terceiros</i>	46.201.670	41.995.712

Construtora Metropolitana S.A.

	R\$	
	2009	2008
Movimentações no período		
<i>Aquisições de imobilizado</i>	3.728.187	-

7. Despesas pagas antecipadamente

Os saldos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 estavam representados por:

Descrição	R\$	
	2009	2008
<i>Seguros a apropriar</i>	1.303.103	273.632
<i>Outros</i>	329.416	-
Total	1.632.519	273.632

8. Impostos a recuperar

Descrição	R\$	
	2009	2008
<i>IRRF s/ aplicações financeiras</i>	8.495	10.239
<i>COFINS a compensar</i>	3.442	2.026
<i>PIS a compensar</i>	3.858	551
<i>IRPJ antecipado</i>	710	193
<i>CSLL antecipada</i>	148	-
<i>IR/CS a recuperar</i>	2.877	-
Total	19.528	13.010

9. Créditos tributários

Os créditos tributários (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro) incidentes sobre as adições temporárias decorrentes de provisão para contingências estão registrados no ativo realizável a longo prazo:

Composição dos créditos tributários

Descrição	R\$	
	2009	2008
<i>IRPJ</i>	617.947	899.153
<i>CSSL</i>	222.461	323.695
Total	840.408	1.222.848

Demonstração dos créditos tributários

Descrição	R\$	
	2009	2008
<i>Provisão para contingências</i>	2.471.788	3.596.611
<i>IRPJ - 15%</i>	370.768	539.492
<i>Adicional do IRPJ - 10%</i>	247.179	359.661
Total do crédito do imposto de renda	617.947	899.153
<i>Provisão para contingências</i>	2.471.788	3.596.611
Total do crédito da CSSL - 9%	222.461	323.695

10. Cauções e depósitos judiciais

O saldo de R\$512.238 em 31 de dezembro de 2009 (R\$139.392 em 2008) refere-se a depósitos judiciais de processos de naturezas trabalhistas e cíveis, para os quais foram constituídas, quando aplicável, provisão para contingências, conforme comentado na Nota Explicativa 22:

Descrição	R\$	
	2009	2008
<i>Depósitos trabalhistas</i>	254.464	26.383
<i>Depósitos cíveis</i>	198.324	90.638
<i>Outros depósitos judiciais</i>	30.729	-
<i>Cauções</i>	28.721	22.371
Total	512.238	139.392

11. Arrendamento mercantil

Em cumprimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 06, a Companhia registrou seus arrendamentos mercantis como arrendamentos financeiros, por entender que estes arrendamentos possuem as seguintes condições:

- a) Há a transferência de propriedade do ativo para a Companhia no fim do prazo do arrendamento;
- b) A Companhia tem a opção de comprar o ativo por um preço que se espera que seja suficientemente mais baixo do que o justo valor à data em que a opção se torne exercível, e a Administração possui intenção provável de exercê-la;
- c) O prazo do arrendamento refere-se a, no mínimo, 70% da vida econômica do ativo, mesmo que a propriedade não seja transferida. A Administração da Companhia entende que 70% correspondem a maior parte da vida econômica do ativo;
- d) No início do arrendamento o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento representa, no mínimo, 60% do valor justo do ativo arrendado. A Administração da Companhia entende que 60% correspondem substancialmente ao valor justo do ativo arrendado.

Certos veículos e equipamentos são arrendados com uma taxa pré-fixada média de 2,5% ao mês, variando entre o período de 24 a 36 meses, contendo cláusulas de opção de compra.

A seguir os valores do imobilizado líquido de depreciação e o passivo que os ativos registrados como compra financiada de bens de acordo com a CPC 06 em 31 de dezembro de 2009 e 2008:

Descrição	2009	2008
<i>Custo de aquisição</i>	2.323.429	1.974.929
<i>Depreciação acumulada</i>	(1.319.390)	(883.745)
<i>Valor líquido dos bens</i>	1.004.039	1.091.184
<i>Leasing a pagar - circulante</i>	252.161	271.754
<i>Leasing a pagar - não circulante</i>	248.144	332.996
<i>Total</i>	500.305	604.750

12. Imobilizado

Descrição	% - Taxa anual de depreciação	Custo corrigido	Reavaliação	Total em 31/12/09	Total em 31/12/08 - custo	Total em 31/12/08 - reavaliação	Total em 31/12/08
Recuperação da rodovia							
Pistas acostamentos e acessos	12,5 - 16,67	27.356.572	27.318.911	54.675.483	-	-	-
Canteiro central/faixa de domínio/proteção	4-5	7.752.410	1.143.174	8.895.584	-	-	-
Obras de arte especial	4-5	2.303.002	13.875.592	16.178.594	-	-	-
Sistema de iluminação/instalação elétrica	4-5	31.484	2.625.990	2.657.474	-	-	-
Terraplanagem e estrutura de contenção	4-5	14.003.387	25.374.279	39.377.666	-	-	-
Drenagem/obra de arte corrente	4-5	6.233.720	20.535.349	26.769.069	-	-	-
Edificações/operação/construções ADM	4-5	47.029	709.684	756.713	-	-	-
Recuperação inicial da rodovia	4-5	25.654.937	-	25.654.937	-	-	-
Total		83.382.541	91.582.979	174.965.520	74.839.506	91.582.979	166.422.485
Depreciação acumulada		(52.756.625)	(52.214.837)	(104.971.462)	(51.681.697)	(47.044.030)	(98.725.727)
Imobilizado líquido		30.625.916	39.368.142	69.994.058	23.157.809	(44.538.949)	67.696.758
Operação da rodovia							
Administração da concessionária	5-20	4.586.380	-	4.586.380	-	-	-
Implantação do sistema de controle de trânsito	5-20	-	-	-	-	-	-
Implantação do sistema de arrecadação pedágio	5-20	713.280	-	713.280	-	-	-
Implantação do sistema eletrônico pesagem	5-20	167.842	-	167.842	-	-	-
Implantação do sistema atendimento usuário	5-20	-	-	-	-	-	-
Implantação do sistema tele/radiocomunicação	5-20	1.276.662	-	1.276.662	-	-	-
Outras implantações do sistema	5-20	37.750.692	-	37.750.692	-	-	-
Total		44.494.856	-	44.494.856	42.219.304	-	42.219.304
Depreciação acumulada		(19.751.782)	-	(19.751.782)	(16.386.522)	-	(16.386.522)
Imobilizado líquido		24.743.074	-	24.743.074	25.832.782	-	25.832.782
Melhoramentos							
Edifíc. operação e controle	4-5	2.575.471	1.250.224	3.825.695	-	-	-
Obras espec. prog. exp. - item 2.6	4-5	187.206.533	315.373.302	502.579.835	-	-	-
Sistema ilum./instalações elétricas	10-12,5	3.185.718	2.761.617	5.947.335	-	-	-
Nova subida da serra	4-20	5.428.024	102.523	5.530.547	-	-	-
Estruturas de contenção	4-5	4.671.358	104.889	4.776.247	-	-	-
Duplicação de pista simples	4-20	165.343.602	104.027.116	269.370.718	-	-	-
Outros melhoramentos	4-5	3.541.472	17.726.716	21.268.188	-	-	-
Monitoramento	4	1.437.234	-	1.437.234	-	-	-
Total		373.389.412	441.346.387	814.735.799	363.737.173	441.367.886	805.105.059
Depreciação acumulada		(148.900.420)	(87.791.425)	(236.691.845)	(128.123.325)	(60.729.090)	(188.852.415)
Imobilizado líquido		224.488.992	353.554.962	578.043.954	235.613.848	380.638.796	616.252.644

Descrição	% - Taxa anual de depreciação	Custo corrigido	Reavaliação	Total em 31/12/09	Total em 31/12/08 - custo	Total em 31/12/08 - reavaliação	Total em 31/12/08
Diversos							
Móveis e utensílios	10	223.124	-	223.124	-	-	-
Máquinas e equipamentos	10	123.969	-	123.969	-	-	-
Prédios e benfeitorias	10	501.750	-	501.750	-	-	-
Instalações edifícios e dependências	20	5.549	-	5.549	-	-	-
Computadores e periféricos	20	750.728	-	750.728	-	-	-
Veículos	20	509.098	-	509.098	-	-	-
Outros	-	6	-	6	-	-	-
Total	-	2.114.224	-	2.114.224	-	-	-
Depreciação acumulada	-	(65.098)	-	(65.098)	-	-	-
Imobilizado líquido	-	2.049.126	-	2.049.126	-	-	-
Total do saldo do ativo imobilizado		503.381.033	532.929.366	1.036.310.399	480.795.983	532.950.865	1.013.746.848
Depreciação acumulado		(221.473.925)	(140.006.262)	(361.480.187)	(196.191.544)	(107.773.120)	(303.964.664)
Imobilizado líquido		281.907.326	392.923.104	674.830.212	284.604.439	425.177.745	709.782.184
Provisão para perda por desvalorização do ativo imobilizado (i)		-	(68.535.621)	(68.535.621)	-	(68.535.621)	(68.535.621)
Total do saldo do ativo imobilizado, líquido da provisão para perda por desvalorização		281.907.326	324.387.483	606.294.591	284.604.439	356.642.124	641.246.563

- (i) Em 2008, a Companhia contratou a empresa Martins Oliveira Auditoria e Consultoria para efetuar uma nova revisão do valor contábil líquido dos seus ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, a qual emitiu o Laudo de Elaboração da Mensuração do Valor Recuperável dos Ativos da Companhia, datado de 13 de março de 2009, identificando que o valor recuperável dos ativos da Companhia em 2008 era inferior ao seu valor contábil em R\$68.535.621. Sendo assim, a Companhia constituiu no 1º trimestre de 2009 provisão para perda por desvalorização do ativo imobilizado neste valor referente a 2008, de forma a ajustar o valor líquido contábil ao valor de recuperação, tendo como contrapartida a reserva de reavaliação. Para o exercício de 2009 a administração da Companhia avaliou eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável e não identificou indícios de uma possível indicação de desvalorização adicional ao contabilizado no exercício anterior. Desta forma, não considerou necessária a atualização de estudo de recuperação do ativo.

13. Empréstimos e financiamentos

Descrição	2009	2008
Banco Fibra - empréstimo para capital de giro - taxa de 0,486755% ao mês	5.194.541	-
FINEP - Financiamento para Estudos e Projetos da Nova subida da Serra de Petrópolis - taxa de 8% ao ano - sujeito ao "spread" de 5% ao ano acima da variação da TJLP	4.377.088	-
Banco Guanabara - empréstimo para capital de giro - taxa de CDI + 1,0% ao mês	-	3.009.000
Banco Guanabara - empréstimo para capital de giro - taxa de 1,900% ao mês	7.113.957	
Banco ABC Brasil - empréstimo para capital de giro - taxa de CDI + 0,5654% ao mês	3.793.539	-
Banco Bradesco - limite de conta corrente - taxa de 12% ao mês	13.563	-
Banco ABN Real - empréstimos para capital de giro - taxa de CDI + 0,222% ao mês	14.084.689	19.392.443
BNDES - subcrédito "a" - parte do financiamento para a duplicação do trecho entre os municípios de Matias Barbosa (MG) e Juiz de Fora (MG) - sujeito ao "spread" de 6,625% ao ano acima da taxa variável, relativa ao custo médio de captação de recursos em moeda estrangeira pelo BNDES	3.640.004	5.910.004
BNDES - subcrédito "b" - parte do financiamento para a duplicação do trecho entre os municípios de Matias Barbosa (MG) e Juiz de Fora (MG) - sujeito ao "spread" de 6,625% ao ano acima da variação da TJLP	24.729.885	29.900.297
BNDES - subcrédito "c" - parte do financiamento para a duplicação do trecho entre os municípios de Matias Barbosa (MG) e Juiz de Fora (MG) - sujeito ao "spread" de 4,65% ao ano acima da variação da TJLP	4.516.548	5.413.361
Siemens Ltda. - financiamentos concedidos para aquisição de bens do ativo imobilizado produzidos pela mesma, atualizado até 31/12/1999	15.597.373	15.597.373
Total	83.061.187	79.222.479
<i>Circulante</i>	25.301.741	16.152.752
<i>Não circulante</i>	57.759.446	63.069.727

Parcela não circulante vencível em	2009	2008
2010		30.061.028
2011	34.484.057	13.232.879
2012	7.576.876	7.079.004
2013	7.576.876	7.079.004
2014	6.135.009	5.617.812
2015	644.312	-
2016	644.312	-
2017	644.312	-
2018	53.693	-
Total de débitos de longo prazo	57.759.446	63.069.727

13.1. Contrato FIBRA

Trata-se de empréstimo para capital de giro, pactuado em 24/09/2009. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo monta a importância de R\$5.194.541. O valor liberado será pago em nove parcelas, a partir de 26/01/2010. A operação foi realizada tendo como garantia o aval da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.

13.2. Contrato FINEP

Trata-se de financiamento para custear as despesas incorridas na elaboração dos Estudos e Projetos da Nova Subida da Serra de Petrópolis da Rodovia BR-040, pactuado em 27/08/2009. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo correspondente às parcelas liberadas monta a importância de R\$4.377.088. Os valores liberados serão amortizados em prestações mensais, vencendo-se a primeira em 15/05/2011 e a última em 15/01/2018. A operação foi realizada tendo como garantia carta de fiança bancária.

13.3. Contrato GUANABARA

Trata-se de empréstimo para capital de giro, pactuado em 15/06/2009. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo monta a importância de R\$7.113.957. O valor liberado será pago em 21 parcelas a partir de 15/10/2009. A operação foi realizada tendo como garantia contratos de pós-pago.

13.4. Contrato ABC Brasil

Trata-se de empréstimo para capital de giro, pactuado em 25/06/2009. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo monta a importância de R\$3.793.539. O valor liberado será pago em 18 parcelas a partir de 21/12/2009. A operação foi realizada tendo como garantia o aval da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.

13.5. Contrato ABN Real

Trata-se de empréstimo para capital de giro, pactuado em 22/11/2007. Em 31 de dezembro de 2009 o saldo monta a importância de R\$14.084.689. O valor liberado será pago em 36 parcelas a partir de 22/11/2008. A operação foi realizada tendo como garantia o aval dos acionistas.

13.6. Contratos BNDES

R\$3.640.004, R\$24.729.885 e R\$4.516.548: subcréditos “a”, “b”, “c” - valores correspondentes às parcelas liberadas até 31 de dezembro de 2009 do contrato firmado em 03/09/2004. Trata-se de financiamento para a duplicação de 37 km da pista simples da Rodovia BR 040 no trecho entre Matias Barbosa (MG) e Juiz de Fora (MG), incluindo a duplicação de cinco pontes, dois retornos operacionais e a implantação de barreiras medianas tipo New Jersey. Os valores liberados serão amortizados em prestações mensais, vencendo-se a primeira dos subcréditos “a” e “b” em 15/10/2007 e a última em 15/10/2014, e o subcrédito “c” vencendo-se a primeira em 15/01/2008 e a última em 15/12/2014. A operação foi realizada tendo como garantia o aval dos acionistas.

13.7. Contrato SIEMENS

Pactuado em maio de 1996, com o objetivo de fornecimento, instalação e colocação em funcionamento, por parte da contratada, dos sistemas de controle rodoviário.

Em 21/01/2000, por carta endereçada à contratada, foi rescindido o contrato, por descumprimento dos prazos e cronogramas acordados e negligência no cumprimento de suas obrigações contratuais.

Com base em parecer de seus assessores jurídicos, a Companhia entende como remota a probabilidade de perdas em relação ao processo em andamento.

Na composição do longo prazo, este passivo está previsto para realizar-se em 2010, ano em que os assessores jurídicos estimam como provável para o término da ação em curso. O saldo apresentado inclui encargos até 31 de dezembro de 1999, sendo que a partir de janeiro de 2000, nenhum acréscimo moratório foi considerado. Se estes acréscimos fossem considerados em 31 de dezembro de 2009, o valor aproximado seria de R\$52.625.582. Entretanto, os valores já pagos a Siemens, cuja devolução está sendo pleiteada pela Companhia, por conta da não instalação dos sistemas, corrigidos em 31 de dezembro de 2009, representam o montante aproximado de R\$28.387.664.

Decisão proferida pelo M.M. Juízo da 43ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro em 26/04/2004, julgou improcedente a ação de cobrança proposta pela Siemens. Em 12/07/2005, sessão de julgamento do Tribunal de Justiça negou por maioria provimento ao recurso impetrado pela Siemens que, por sua vez interpôs recursos (especial e extraordinário), os quais foram impugnados pela Companhia em 13/10/2005, estando em análise pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro quanto à possibilidade de admissão dos mesmos.

As ações de rescisão de contrato, cumulada com anulação de ato jurídico e execução de título extrajudicial promovida pela Siemens, a qual foi embargada pela CONCERT, bem como as medidas cautelares de sustação de protesto restaram todas favoráveis à CONCERT.

A Siemens já interpôs recursos especial e extraordinário sendo contra-arrazoados pela CONCERT, aguardando análise do Tribunal de Justiça sobre a admissibilidade ou não dos mesmos.

14. Fornecedores

Os saldos estão representados em 31 de dezembro de 2009 e 2008 por:

Descrição	2009	2008
<i>Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)</i>	400.877	391.029
<i>Agromax Construtora</i>	313.021	-
<i>BIOPAR - Biondo Participações e Empreend.</i>	59.371	57.285
<i>Bradesco Saúde/Seguros</i>	94.995	11.992
<i>CAB - Central de Abastecimento</i>	49.489	-
<i>Central Beton Ltda.</i>	28.312	66.460
<i>Céu Aberto Prestação de Serv. Sócio-Ambientais Ltda.</i>	155.529	-
<i>Chevron Brasil Ltda.</i>	50.000	50.000
<i>CM Carvalho Engenharia Ltda.</i>	46.730	-
<i>Construtora Henz de Xerem Ltda.</i>	236.072	-
<i>Croll Empreendimentos Comerciais e Serv. Ltda.</i>	32.183	-
<i>CS Tech Informática e Telecomunicações Ltda.</i>	185.459	-
<i>Diamante 162 Com. e Serv.</i>	-	15.596
<i>Enescil Engenharia de Projetos Ltda.</i>	31.909	-
<i>Eurosystems do Brasil Controles de Acesso Ltda.</i>	25.885	-
<i>F & R Master Empreiteira de Obras Ltda.</i>	21.497	-
<i>Fundação Centro Tecnológico JF</i>	-	37.850
<i>Geoid Ltda.</i>	389.478	-
<i>Heisdem Comércio e Serviços Ltda.</i>	-	27.021
<i>Hot Line Ind. e Com. Ltda.</i>	-	12.564
<i>Ingeo - Investigações Geológica Geotécnicas Ltda.</i>	15.309	-
<i>Kria Tecnologia Ltda.</i>	11.262	-
<i>Limonge de Almeida Consultoria e Projetos Ltda.</i>	12.904	-
<i>Loar Engenharia Ltda.</i>	34.034	-
<i>Mario Marcondes Consultoria Empresarial S/C Ltda.</i>	14.316	-
<i>Monfabril Montagens Instalações Industriais Ltda.</i>	23.749	-
<i>Petrobras Distribuidora Ltda.</i>	-	373.763
<i>Progeo Engenharia Ltda.</i>	-	392.868
<i>QSI Qualidade em Sistemas de Informática Ltda.</i>	124.821	-
<i>Sandoval Cloves Barreto</i>	414.233	-
<i>Seamaq Comércio e Serviços Ltda.</i>	30.420	-
<i>Sociedade Fonseca de Andrade e Gago Advogados</i>	110.400	-
<i>Soliton Eletrônica Ltda.</i>	13.530	-
<i>Tec Traffic Ind. e Serv. de Eletrônica Ltda.</i>	35.920	-
<i>Trafeg Sinalização e Segurança de Trânsito Ltda.</i>	26.592	-
<i>Vigban - Empreendimentos Comerciais e Serv. Ltda.</i>	35.593	-
<i>Vigban - Empresa de Vigilância</i>	49.025	53.596
<i>Outros</i>	208.655	387.473
Total	3.281.570	1.877.497

15. Dividendos

Em 2008 foi lançado como dividendos propostos para pagamento em 2009 o valor de R\$39.568.144. Este montante apropriado foi pago parcialmente, conforme demonstramos a seguir:

Descrição	Exercício	R\$
<i>Total em 31/12/07</i>	<i>2007</i>	6.232.564
<i>Pagamento acumulado</i>	<i>2008</i>	<i>(6.230.600)</i>
<i>Dividendos propostos</i>	<i>2008</i>	<i>39.568.144</i>
<i>Total em 31/12/08</i>		39.570.108
<i>Pagamento acumulado</i>	<i>2009</i>	<i>(39.568.144)</i>
<i>Dividendos propostos</i>	<i>2009</i>	<i>38.000.000</i>
<i>Total em 31/12/09</i>	<i>2009</i>	38.001.963

Em 31 de dezembro de 2009, os juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar estavam distribuídos da seguinte forma:

Acionista	
<i>Triunfo Participações e Investimentos S.A.</i>	<i>23.751.227</i>
<i>Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.</i>	<i>6.840.353</i>
<i>CCI Concessões S.A.</i>	<i>3.990.206</i>
<i>Construtora Metropolitana S.A.</i>	<i>3.420.177</i>
<i>Total</i>	38.001.963

16. Obrigações trabalhistas/tributárias

Descrição	2009	2008
IRPJ	8.065.058	2.775.196
CSLL	2.243.589	729.868
COFINS	582.088	825.106
PIS	126.161	93.701
ISS	837.252	718.494
IRPJ e CSLL diferidos sobre receita recebida antecipadamente	394.066	408.282
Impostos retidos na fonte a recolher	411.234	358.865
Parcelamento IRPJ e CSLL	214.244	193.774
Parcelamento especial - "REFIS - 3"	193.392	190.384
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.000.799	731.352
Total passivo circulante	14.067.883	7.025.022
IRPJ e CSLL diferidos sobre receita recebida antecipadamente	1.899.980	1.874.301
Parcelamento IRPJ e CSLL	558.369	729.082
IRPJ e CSLL Leasing	-	165.388
Parcelamento especial - "REFIS - 3"	1.289.281	1.427.878
Total passivo não circulante	3.747.630	4.196.649

17. Taxa de fiscalização contratual a pagar

A Companhia havia pleiteado junto à ANTT o não pagamento de um montante de R\$2.742.799, relativo às taxas do período de outubro de 2000 a dezembro de 2001, para fins de compensação da perda de receita decorrente do atraso do reajuste tarifário.

Em 2003 a Agência manifestou-se contra o pedido e solicitou os pagamentos das taxas mensais do passado, acrescidos de encargos e atualizações pelo Índice de Reajuste da Tarifa, gerando um débito acumulado no início de dezembro de 2003 no montante de R\$4.824.887.

A Companhia solicitou o parcelamento deste montante em 82 parcelas, tendo já pago 73 parcelas até dezembro de 2009. Segue a estrutura de vencimentos:

Descrição	R\$	
	2009	2008
Circulante	691.582	899.457
Não circulante	-	704.239
Total	691.582	1.603.696

Longo prazo	R\$	
	2009	2008
2010	-	704.239
Total de débitos de longo prazo	-	704.239

18. Receita diferida

As receitas diferidas correspondem às receitas recebidas antecipadamente da Embratel, decorrente do contrato de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia firmado em outubro de 2007 e receitas recebidas antecipadamente da Cervejaria Petrópolis, decorrente do contrato de ocupação da faixa de domínio para implantação de adutora e de rede de efluente firmado em fevereiro de 2009, líquidas dos impostos incidentes, cujos saldos em 31 de dezembro estão demonstrados a seguir:

<i>Descrição</i>	<i>R\$</i>	
	<i>2009</i>	<i>2008</i>
<i>Receita recebida antecipadamente</i>	<i>7.231.843</i>	<i>7.803.830</i>
<i>Impostos e custos incidentes</i>	<i>(3.127.965)</i>	<i>(3.372.932)</i>
<i>Total</i>	<i>4.103.878</i>	<i>4.430.898</i>

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a Embratel pagará à Companhia uma remuneração total de R\$20.709.128, dos quais R\$7.699.112 foram antecipados em 11 de outubro de 2007. O saldo do contrato será recebido em 13 parcelas anuais de R\$969.691 mais R\$404.038 referentes ao último período, corrigidas anualmente pelo IGP-M.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagou à Companhia para implantação de rede de afluente R\$29.252 e para implantação de adutora R\$53.159.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social, em caso de dissolução da Companhia, salvo no caso de extinção ao término do prazo de concessão, quando a distribuição de dividendos e o reembolso do capital serão procedidos de acordo com o total das participações acionárias. O capital autorizado é de R\$100.000.000.

Por meio da reunião do Conselho de Administração, realizada em 10 de fevereiro de 2009, foi aprovada a integralização de capital no montante de R\$1.385.325, mediante a destinação de reserva de lucros com o objetivo de atender a exigência contida na cláusula 307ª do contrato de concessão.

A composição acionária em 31/12/2009 é a seguinte:

Descrição	Quantidades de ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
<i>Triunfo Participações e Investimentos S/A</i>	1.497.937	2.995.871	4.493.808
<i>Construap CCPS Engenharia e Comércio S/A</i>	431.406	862.810	1.294.216
<i>CCI Concessões S/A</i>	215.703	431.404	647.107
<i>Construtora Metropolitana S/A</i>	251.654	503.305	754.959
<i>Pessoas físicas</i>	-	10	10
Total	2.396.700	4.793.400	7.190.100

19.2. Ajuste de avaliação patrimonial

Além da reavaliação de 2004, em 31 de outubro de 2007, a Companhia reavaliou novamente seus ativos adicionando às demonstrações contábeis R\$29.316.576 na conta de recuperação estrutural da rodovia, R\$305.913.101 em melhoramentos, totalizando R\$335.229.677, com base em laudo técnico emitido pela empresa Mynarski Controle Patrimonial Ltda., tendo sido estimada também nova vida útil técnica para os bens reavaliados.

A nomeação da empresa contratada foi realizada por meio da 11ª Assembleia Geral Extraordinária em 10 de outubro de 2007. O laudo fundamentado com critérios de avaliação e elementos de comparação adotados foi aprovado pelos acionistas na 12ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de dezembro de 2007 e contabilizada naquela data.

O resultado da reavaliação no valor de R\$708.487.109 foi incorporado ao ativo reavaliado correspondente, com contrapartida em conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido. O reconhecimento dos tributos incidentes foi reconhecido a débito da conta de reserva de reavaliação e a crédito na conta de tributos sobre reserva de reavaliação no passivo exigível a longo prazo. A realização da referida reserva e dos tributos incidentes ocorrerão na proporção das baixas por depreciação e/ou alienação dos bens que a geraram.

Os saldos existentes nas reservas de reavaliação e das reservas de reavaliação reflexa decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que a lei entrar em vigor. Conforme nota explicativa, os administradores da Companhia com base nos normativos contábeis e fiscais existentes até o momento, decidiram pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliação até sua efetiva realização.

19.3. Reserva legal

Constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir os limites fixados pela legislação.

19.4. Reserva estatutária

Constituída para fins de restituição de capital aos acionistas, nos casos de extinção da concessão, com base em 0,5% do lucro líquido de cada exercício social, até atingir o limite máximo de 10% do capital social.

19.5. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária.

19.6. Lucros acumulados

Em atendimento aos artigos 194 a 197 da Lei nº 11.638/07, a Companhia destinou integralmente o saldo de lucros acumulados, sendo R\$52.347 para reserva estatutária, R\$523.472 para reserva legal, R\$38.000.000 para distribuição de dividendos e R\$6.832.502 para reserva de retenção de lucros.

20. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com as outras Empresas de dimensão semelhante operando no setor.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes:

Descrição	Valor do risco
<i>Acidentes/danos de causa externa</i>	<i>168.600</i>
<i>Danos materiais/perda de receita</i>	<i>60.989.148</i>
<i>Dano corporal/dano material</i>	<i>12.344.160</i>
<i>Contrato de concessão</i>	<i>12.040.920</i>
<i>Frota de veículos</i>	<i>100% Valor de mercado</i>

21. Remuneração a administradores

A remuneração dos administradores de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2009 foi de R\$1.195.373 (R\$1.064.873 em 2008).

22. Imposto de renda e contribuição social

Descrição	R\$ - Em 31 de dezembro	
	2009	2008
<i>Base de cálculo do imposto de renda</i>		
<i>Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social</i>	15.885.940	(562.447)
<i>Adições permanentes (despesas não dedutíveis)</i>	401.119	1.164.395
<i>Adição temporária (depreciação da reavaliação)</i>	32.233.142	43.576.281
<i>(+) Adições ou (reversões) temporárias - leasing</i>	525.587	333.007
<i>(+) Adições ou (reversões) temporárias (provisão para contingências)</i>	(1.124.823)	1.219.067
<i>(-) Exclusões ou (reversões) temporárias - leasing</i>	(567.428)	-
<i>Lucro real</i>	47.353.537	45.730.303
<i>Imposto de renda - 15%</i>	7.103.031	6.859.545
<i>Imposto de renda adicional - 10%</i>	4.711.354	4.549.030
<i>Imposto de renda diferido realizado sobre provisão para contingências</i>	281.206	(304.767)
Subtotal	12.095.591	11.103.809
<i>Reversão do imposto de renda diferido sobre a depreciação da reavaliação</i>	(8.058.286)	(10.894.070)
<i>Reduções por incentivos - PAT e incentivos à Cultura</i>	(97.103)	-
<i>Reversão do imposto de renda diferido sobre o leasing</i>	10.460	(83.252)
Total do imposto de renda	3.950.662	565.752
<i>Base de cálculo da contribuição social</i>		
<i>Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social</i>	15.885.940	(562.447)
<i>Adições permanentes (despesas não dedutíveis)</i>	401.119	1.164.395
<i>Adições temporárias (depreciação da reavaliação)</i>	32.233.142	43.576.281
<i>(+) Adições ou (reversões) temporárias leasing</i>	525.587	333.007
<i>Reversão de provisão para contingências</i>	(1.124.823)	1.219.067
<i>(-) Exclusões ou (reversões) temporárias leasing</i>	(567.428)	-
<i>Base de cálculo da contribuição social</i>	47.353.537	45.730.303
<i>Total da contribuição social - 9%</i>	4.261.818	4.115.728
<i>Contribuição social diferida realizada sobre provisão para contingências</i>	101.234	(109.716)
Subtotal	4.363.052	4.006.012
<i>Reversão da contribuição social diferida (passivo) sobre a depreciação da reavaliação</i>	(2.900.983)	(3.921.865)
<i>Reversão da contribuição social diferida sobre leasing</i>	3.766	(29.971)
Total da contribuição social	1.465.835	54.176
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado do trimestre	5.416.497	49.386

23. Provisão para contingências

<i>Descrição</i>	<i>R\$</i>	
	<i>2009</i>	<i>2008</i>
<i>Contingências trabalhistas</i>	<i>135.857</i>	<i>1.298.362</i>
<i>Contingências cíveis/fiscais</i>	<i>2.335.931</i>	<i>2.298.249</i>
<i>Total</i>	<i>2.471.788</i>	<i>3.596.611</i>

A Companhia é parte integrante de diversos processos de naturezas trabalhistas e cíveis. Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião dos advogados da Companhia, foram provisionadas as causas consideradas prováveis.

Adicionalmente, a Companhia é parte em processos, no montante de R\$10.850.317 (R\$8.250.869 em 2008), cujos riscos de contingências foram considerados, por seus respectivos consultores legais, como possível.

24. Instrumentos financeiros

A Companhia não atua no mercado de derivativos. Os valores contábeis dos ativos e passivos correspondem substancialmente aos seus valores estimados de mercado.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são os seguintes:

23.1. Risco de taxa de câmbio

A Companhia possui o contrato de financiamento com a Siemens (Nota Explicativa nº 13.7.), que está sendo questionado judicialmente, no entanto, até o momento, não afeta negativamente seus negócios, a situação patrimonial e financeira e resultado das operações e sua capacidade de honrar as obrigações.

23.2. Riscos de crédito

O faturamento da Companhia é proveniente de cobrança de tarifas de pedágio, com recebimento a vista, pagamentos antecipados e cartões pós-pago. Os valores a receber ocorrem em casos de venda para grandes clientes por faturamento e operadoras terceirizadas,, representando, aproximadamente, 10% do seu faturamento mensal.

23.3. Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada é regulada pelo poder concedente e, nas três praças de pedágio, encontra-se dentro da faixa praticada pelo mercado, sendo que atualmente a Companhia cobra R\$1,25 a cada 10 km.

23.4. Risco de mercado

O desenvolvimento do preço do petróleo pode ser citado como um fator externo que seria capaz de prejudicar o desempenho da Companhia. A atividade da Companhia goza de um risco estrutural intrínseco ao negócio, passível de influências da economia brasileira.

A exploração da rodovia pelo setor privado encontra-se a princípio garantido pela presente visão do governo federal, no que toca ao papel do setor privado em setores outrora de exclusividade estatal.

Desconhecemos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto aos eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria é plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresentando grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.